



FORTALECER PARA A CIDADANIA

Fortalecidos nas capacidades para a garantia da sua cidadania indígena.

Fortalecidos em seus saberes para participar dos processos de consulta e tomada de decisões sobre suas terras e suas vidas, influenciando políticas públicas específicas, conquistadas junto com a democracia no país.

Fortalecidos na coragem para exigir que o Estado brasileiro cumpra com sua obrigação de proteger os direitos humanos, civis, sociais e políticos dos povos indígenas.

Nós, da Cáritas Tefé e do CIMI de Tefé, acreditamos nas capacidades, sabedoria e coragem indígenas para enfrentar a ganância que destrói e mata.

Por acreditar na força desses povos, estamos com o projeto "Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes". Iniciamos em junho de 2016 e o realizaremos até julho de 2019.

Esta nossa missão tem o apoio técnico e financeiro da Agência Católica para o Desenvolvimento no Exterior - CAFOD, da Inglaterra, e financeiro da União Europeia.



Povos Deni e Kanamari - Formação político jurídica em Itamarati - Foto: Francisco Amaral - CIMI Tefé (Projeto CAFOD)

Este é o boletim que vai nos permitir navegar junto com as equipes pelas aldeias e nos comunicar com a vida indígena da região. O batizamos de Huhuride porque, na língua Deni, significa um instrumento usado para comunicar reuniões, festas, casos de doenças e organizar trabalhos.

Essa é a ideia do boletim: conhecer e somar forças neste mutirão de conhecimentos para (re)encantar os arcos e flechas que constroem a história do Bem Viver.

Boa leitura!

Pela defesa dos direitos indígenas no médio rio Solimões

Realização:



Apoio:



Garantindo a Defesa de Direitos e a Cidadania dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes

De onde vem a ideia do projeto?

Tudo começou nas rodas de conversa nas aldeias. Ao falar sobre as violências que sofrem, os indígenas da região do médio rio Solimões e afluentes denunciam o descaso com que são tratados pelos órgãos públicos responsáveis pelas políticas indigenistas. Com tantas violações aos direitos civis, políticos, sociais e humanos dos indígenas da região, o CIMI Tefé vem identificando e documentando, desde 2014, estes casos.

Os povos Kambeba, Maku Nadëb, Kanamari, Miranha, Kokama, Ticuna, Deni e Madja Kulina, nos municípios de Tefé, Japurá, Maraã, Itamarati e Carauari foram visitados e as denúncias apuradas e registradas.

Quais as denúncias apuradas?

Foram encontrados casos de invasões nos territórios e roubo dos recursos naturais, falta de atendimento ou atendimento precário e desumano na saúde, a educação escolar que chega de fora não respeita as especificidades da educação indígena. Grande parte destes descasos acontece nas comunidades em processo de reconhecimento étnico e que não têm suas terras demarcadas. Muitos funcionários dos órgãos e o próprio poder público ainda discriminam os indígenas e não os reconhecem como cidadãos de direitos. A distância geográfica é uma das maiores



Plenária do 1º Mutirão de Defesa de Direitos - aldeia Porto Praia, Tefé - Foto: Esther Gillingham/CAFOD.

dificuldades para chegarem até os órgãos públicos, denunciar e exigir reparação e punição das violências que sofrem.

Quais os objetivos a serem alcançados?

O projeto "Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes" pretende contribuir com a busca de soluções para esses problemas. Para isso, é fundamental que os indígenas ampliem seus conhecimentos sobre as leis que garantem seus direitos e se fortaleçam em suas capacidades de incidência junto ao poder público e órgãos competentes.



Educadora Nelma na comunidade Nova São Joaquim - rio Japurá. Foto: Edvarde Bezerra - Cáritas de Tefé.

Que atividades estão previstas?

O projeto vai durar três anos. Começou em julho de 2016 e vai até junho de 2019. Estão previstas reuniões, oficinas, seminários, encontros com o poder público, campanhas e muitas rodas de conversa. Algumas já vêm sendo realizadas e muitas outras se realizarão até 2019. Os temas dos diálogos estão organizados em três eixos principais:

1. Formação político-jurídica. Acompanhar, articular e realizar oficinas nas aldeias, criando espaços para a troca e a ampliação dos saberes. Também, para a realização dos Mutirões de Direitos, que são espaços de diálogo com o poder público, cujos órgãos são convidados a irem às aldeias, conhecer a realidade, conversar e buscar soluções de

Garantindo a Defesa de Direitos e a Cidadania dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes

reparação das violações e proteção das comunidades indígenas.

2. Proteção e incidência. Diz o ditado que a união faz a força. Pois é justamente unir para fortalecer a luta que será formada uma rede de proteção aos direitos indígenas. Estão convidadas pessoas e instituições que resistem ao poder que destrói culturas, para os encontros, reuniões, seminários, campanhas, debates e outras atividades sobre política indigenista e direito à vida dos povos originários. Com tantos parceiros unidos será possível não só proteger, mas incidir sobre as políticas indigenistas.

3. Fortalecimento institucional. Bons resultados dependem de um bom planejamento, uma forte gestão, formações, comunicação e visibilidade. Essas são as estratégias das equipes de trabalho que estarão de forma permanente interagindo e construindo os resultados.

O que já foi e o que está sendo realizado?

No primeiro semestre foram realizadas as viagens de articulação para convidar as comunidades a participarem das atividades e, também, para conhecer a sua realidade. Foram aplicados questionários para um diagnóstico inicial. As informações serão devolvidas no 2º ano do projeto. Também foram realizadas três oficinas político jurídicas, o 1º Mutirão de Defesa de Direitos, troca de experiências entre lideranças e representantes das organizações indígenas e duas reuniões de incidência junto ao Ministério Público Federal em Tefé e com o Conselho Local de Saúde Indígena, em Carauari.

Em 2017, as viagens de articulação continuam nos demais municípios e serão realizadas outras oficinas de formação político-jurídica, reuniões de incidência em Brasília, audiências com órgãos públicos e Ministério Público e, em

abril, será realizada a 1ª Campanha de Defesa dos Direitos na Semana dos Povos Indígenas.



Povos Madja Kulina e Kanamari - Formação político jurídica em Carauari - Foto: Márcia Borges - CIMI Tefé (Projeto CAFOD)

----- Quem está envolvido no projeto?

Estão neste "mutirão de conhecimentos" os realizadores, Cáritas e CIMI Tefé, sete educadores, a assessoria jurídica, os apoiadores União Europeia e CAFOD, os órgãos públicos, instituições parceiras e mais de 3600 indígenas - 1882 homens e 1778 mulheres - dos cinco municípios.

QUER ENTRAR NO MUTIRÃO? FALE COM A GENTE!

O projeto Garantindo a Defesa de Direitos e a Cidadania dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes é realizado pela Cáritas e CIMI Tefé.

Recebe apoio técnico e financeiro da Agência Católica para o Desenvolvimento no Exterior, CAFOD, da Inglaterra, e financeiro da União Europeia.

Seu coordenador é o Raimundo Nonato e a equipe de educadores é formada por: Nelma Catulino, Francisca Cardoso, Fábio Pereira, Fabiana Caresto, Francisco Amaral, Marcia Borges e Edvarde Bezerra.

As assessorias são: Chantelle Teixeira (jurídica), Lígia Apel (comunicação) e Satya Caldenhof (gestão).

Texto e arte final do Huhuride: Lígia Kloster Apel

Contatos:

Cáritas Tefé: (97) 3343-2775 - caritastefe@gmail.com

CIMI Tefé: (97) 3343-2544 - cimitefe@gmail.com

Visite nossa página no facebook:

<https://www.facebook.com/caritasecimitefeamazonas>

Indígenas abraçam o projeto

No Amazonas, os rios são as estradas. É navegando que se chega aos municípios de Tefé, Japurá, Maraã, Itamarati e Carauari e nas aldeias da região. Pode ser cansativo para quem não está acostumado, mas ao chegar, a alegria contagiante dos moradores supera o cansaço. Assim foram recebidos os educadores do projeto para a realização das primeiras atividades.

Viagens de articulação

O projeto foi apresentado nas 27 aldeias dos povos Kambeba, Maku Nadëb, Kanamari, Miranha, Kokama, Ticuna, Deni e Madja Kulina. O objetivo era convidar as pessoas para participarem das oficinas de formação político-jurídicas. Em todas elas, a participação superou as expectativas. Foram: 459 pessoas, sendo 169 mulheres, que escolheram seus representantes.



Oficina Político Jurídica em Itamarati. Foto: Fábio Pereira - Cáritas de Tefé.

Oficinas de formação político-jurídica

Foram realizadas três oficinas: em Tefé, Itamarati e Carauari. Participaram 131 representantes, sendo 57 mulheres, dos povos Kambeba, Kokama, Kanamari, Deni e Madja Kulina. Estudaram a história e legislação dos direitos humanos, civis, políticos e sociais; Constituição Federal; direitos territoriais; educação escolar indígena; saúde diferenciada; controle social na saúde e a Convenção 169.

Reuniões com órgãos públicos e MP

O objetivo é buscar solução imediata para os problemas com incidência junto aos órgãos

públicos para a exigência e defesa dos direitos e das políticas públicas indígenas.

Foram realizadas duas reuniões. **1.** Ministério Público de Tefé e 22 lideranças dos Kokama, Kambeba, Ticuna, Kaixana e Miranha, que pediram a continuação do atendimento à saúde no polo Barreira da Missão aos indígenas que moram em áreas ainda não demarcadas. **2.** Reunião do Conselho Local de Saúde Indígena de Carauari. As 19 lideranças Kanamari e Madja Kulina presentes entregaram um documento reivindicando atendimento à saúde nas aldeias.

1º Mutirão de Defesa de Direitos

Na Aldeia Porto Praia de Baixo, em Tefé, aconteceu o 1º Mutirão de Defesa de Direitos Indígenas. Participaram 75 lideranças, sendo 24 mulheres, dos povos Kokama, Kambeba, Ticuna, Miranha, Madja e Kaixana, de Tefé e Uarini. Também participaram a FUNAI, Prefeitura Municipal de Tefé, Secretarias de Produção e Abastecimento e a Coordenação de Educação Escolar Indígena, o DSEI Médio Solimões e Afluentes, a SESAI e a UNIPI-MSA.

Os assuntos debatidos foram direitos civis, políticos e sociais, leis indígenas nacionais e internacionais e os casos de violações de direitos: saúde precária e atendimento com discriminação, negação da educação escolar indígena, falta de regularização dos territórios, invasores que roubam seus recursos naturais; falta de respostas aos documentos enviados aos órgãos competentes e muitas outras.

Todas as violações foram denunciadas em uma Carta Aberta que os indígenas escreveram e encaminharam aos órgãos e à sociedade em geral.



Participantes do 1º Mutirão de Defesa dos Direitos. Foto: Esther Gillingham/CAFOD.